

## 5

### JOGO DE ESPELHOS

#### A impiedade salazarista e o exílio no Passado

“...a História foi e é ainda cabeça de medusa”

\_ Eduardo Lourenço. Labirinto da saudade.

A mesma frase que serve de epígrafe para este capítulo é citada por Ana Luiza Maques, que acrescenta: “Só dá para encarar por reflexos”<sup>219</sup>. Ambos, Lourenço e Ana Luiza, falavam de Antonio Sérgio, no entanto, a História para Barradas é igualmente uma “cabeça de medusa”, que só pode ser encarada pelo espelho do tempo presente. Mas a História é também superfície refratária, da qual Barradas se serve para encarar uma segunda górgona: a política salazarista – monstruosa, ímpia e petrificante, verdadeira paralisadora do progresso.

O que nos interessava mais profundamente ao resgatarmos, no capítulo anterior, essa dimensão de *sacralidade* que a mentalidade portuguesa atribui aos Descobrimentos eram as inflexões que essa interpretação nos oferecia para a investigação da imagem que Barradas traça do salazarismo e da sua atuação contra este. Afinal, como toda ruptura com o sagrado, a transgressão do sentido histórico para o qual apontam os Descobrimentos é considerada por Barradas como uma forma de “impiedade”.

O leitor deve se lembrar de como Barradas caracteriza a decadência da cultura portuguesa e os motivos do fim da idade de ouro dos descobrimentos: a atuação do Santo Ofício e a União Ibérica em 1580. Mas, nesse momento, pode ser interessante uma caracterização mais detalhada desse aspecto a partir da leitura da obra *Rumo de Portugal*.

Essa publicação era, na verdade, uma espécie de apresentação de outra obra que Barradas tencionava trazer a público em “quatro ou cinco volumes a serem publicados pela Editora Livros Horizonte, de Lisboa, sob o título geral de *Para uma Explicação de Portugal*”. *Rumo de Portugal*, junto com *Da História-Crônica à História-Ciência*, apareciam como os primeiros passos, “uma como que

---

<sup>219</sup> Idem.

introdução”<sup>220</sup> da obra mais vigorosa que os seguiria. O título que teria essa publicação, que jamais chegou a se materializar, é bastante revelador: “uma explicação de Portugal” (explicação histórica, evidentemente) não poderia ser jamais um simples objeto de erudição, mas sim a base para um planejamento, um projeto para o futuro. Como diz Joel Serrão acerca dessa *explicação* que almejou difundir e desse projeto que o acompanhou por toda a vida: “Barradas de Carvalho pretendia explicar Portugal, revelámo-lo; ou por outras palavras dito: procurava, afinal, razões para reacender a esperança (sua e de seu povo repartido pelo Mundo).”<sup>221</sup> De fato, em Barradas, sua explicação histórica se confundia com o reavivar das esperanças – esperanças que eram dirigidas, como Serrão nos alerta, a um povo que havia se repartido pelo mundo. Mas, tal qual os judeus, divididos pela diáspora, haviam mantido sua identidade enquanto povo, também os portugueses, espalhados pelo mundo por obra da expansão marítima, haviam mantido uma certa unidade. Essa unidade, obviamente, não poderia ser uma unidade biológica, racial, mas era uma unidade civilizacional, lingüística e cultural. As esperanças eram que essa unidade histórica pudesse ser, de alguma maneira, reconstruída, através da criação da Comunidade “Luso-Afro-Brasileira”.

Como “introdução” da *Explicação de Portugal* que era, *Rumo de Portugal* não poderia deixar de apresentar, de forma explícita, o projeto político de Barradas para sua nação que, na sua opinião, encontrava-se em um momento crucial na definição do seu futuro:

“Portugal chegou não a uma, nem a duas, mas a várias encruzilhadas. Para além de profundas reformas na sua estrutura econômica, social e política, Portugal terá, e a breve prazo, de escolher entre duas opções que dizem respeito à sua história, *a mais profunda*. Portugal terá de escolher entre a Europa e o Atlântico.”<sup>222</sup>

A expressão “mais profunda” é reveladora: Barradas se refere aqui à *verdadeira* história de Portugal, a mais antiga, a mais estrutural, àquela que era a base de toda genuína cultura lusitana. Na concepção de Barradas parece que havia duas histórias: uma “sagrada”, vanguardista, verdadeira, profunda... Outra “profana”, decadente, falsa e superficial, que encobria a primeira sem, no entanto,

<sup>220</sup> *Rumo de Portugal*. Idem. para as citações deste parágrafo.

<sup>221</sup> Joel Serrão. “Duas Palavras não Previstas”. In: *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Horizonte. Lisboa, 1981.

<sup>222</sup> Idem. Grifo do autor.

apagar o seu lume, que no fundo, embaixo de toda a sujeira, continuava a brilhar. Assim, na definição do *rumo* que iria tomar, o país precisaria olhar para seu passado: “Partamos assim mesmo do presente, entremos no passado, no passado de muitos séculos atrás, para voltarmos ao presente em condições de podermos chegar a uma opção verdadeiramente fundamentada.”<sup>223</sup>

Nessa viagem que faz ao passado em busca do presente, Barradas encontra no Portugal da época dos Descobrimentos sua bússola do futuro. Como vimos no capítulo anterior, esse período é encarado como o apogeu da cultura portuguesa: a expansão marítima havia gestado o Renascimento Português, a forma específica como os lusitanos se inseriram no maior acontecimento cultural da época. Citando George LeFebvre, Barradas ressalta a importância de sua pátria para a “*definição*” dessa Era:

“O grande historiador que foi George Lefebvre (...) pergunta-se: ‘Desta aventura multissecular – aos nossos olhos –, o Renascimento – qual foi o aspecto essencial? Evidentemente os descobrimentos marítimos.’ Ora se assim é, e parecem-nos irrecusáveis as palavras de Georges Lefebvre, Portugal está muito bem situado no que diz respeito a *uma definição* da época, da grande época a que se tem chamado de Renascimento.”<sup>224</sup>

Nesse trecho evidencia-se a preocupação de Barradas em ressaltar a importância de seu país na constituição do pensamento moderno. Um esforço semelhante pode ser visto a seguir:

“A especificidade do Renascimento português não fica por aqui, pois encontramos na cultura portuguesa dos séculos XV e XVI traços que nos levam – tendo em conta uma história profunda, como que subterrânea, inconsciente, do pensamento, uma autentica historia social do pensamento, uma historia em que os personagens são os conceitos – a afirmar que, em meados do século XVI, podemos surpreender em Portugal, ainda que tímida, aquela ruptura epistemológica que foi a de Galileu no século XVII, e a que vem a permitir logo depois, com Newton, a lei da inércia.

(...) Ora, relativamente ao nascimento da física clássica, quais serão os conceitos-base, sem os quais esta ruptura na história do pensamento não teria sido possível? Trata-se de uma física matemática, quantitativa e experimental. E, assim, parecem-nos que devemos ater-nos de maneira primordial a dois conceitos-chave: a *matematização do real* e a *experiência*...”<sup>225</sup>

Essa definição de “história profunda”, “subterrânea”, “inconsciente”, ao lado da metodologia de análise que utiliza, evidencia o posicionamento de

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> Idem. Grifo do autor.

<sup>225</sup> Idem. Grifo do autor.

Barradas enquanto historiador das mentalidades. Era essa “história profunda” que revelaria o que Barradas almejava resgatar, trazer de volta a tona no presente, com o seu olhar para o passado. Era essa “historia profunda” – historia do verdadeiro Portugal, do Portugal vinculado à modernidade, do Portugal vanguardista, do Portugal que apontava para o futuro, do Portugal que havia sido e que, subterraneamente, ainda era – que deveria ser investigada para a definição do *rumo* que a nação iria tomar.

Assim, para Barradas, as viagens ao redor do mundo teriam gerado junto aos navegantes uma cultura experiencialista que os colocava um passo a frente do humanismo italiano: ao se depararem com uma realidade diferente daquela descrita pelos autores clássicos, os descobridores rejeitavam os argumentos baseados na *autoridade* dos Antigos e passavam a se fiar cada vez mais fortemente na “experiência”: “...nos casos (...) em que vemos citações de autores antigos, os navegadores portugueses têm sempre a preocupação de os refutar em nome da sua ‘experiência’. Tratava-se de corrigir os Antigos, de os ultrapassar.” Esse fato, vinculado à “crescente matematização do real” que ele via na difusão dos algarismos arábicos nas obras vinculadas às viagens marítimas – “Para a matematização do real tomemos uma amostra bem representativa: *a introdução e a difusão dos algarismos árabes*”<sup>226</sup> –, era apresentado como uma prova da vanguarda cultural portuguesa na época.

“Uma nova cultura surge, graças a esta extraordinária aventura humana. Uma nova cultura que chamamos a *literatura portuguesa de viagens e a literatura científica* a esta estreitamente associada. Duarte Pacheco Pereira, o matemático Pedro Nunes, D. João de Castro, o naturalista Garcia de Orta, foram os autores mais importantes entre aqueles que ligaram a sua vida e a sua obra aos descobrimentos marítimos portugueses. Aquilo a que chamamos a literatura de viagens, que se confunde com a literatura científica ligada aos Descobrimientos, representa o que de mais original produziu até hoje a cultura portuguesa. Tanto no aspecto científico, como técnico, e até – porque não? – filosófico, nunca os Portugueses atingiram um tal domínio deles próprios e da sua expressão cultural. Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro, Garcia de Orta, são a mais alta expressão deste surto cultural e mental, são homens que estão na linha de evolução e de revolução de uma como que *pré-história do pensamento moderno*, na medida em que este tem como conceitos-base: por um lado, a penetração do número, da medida precisa, da medida exacta, na vida da sociedade, a quantificação da vida, em suma; por outro, o conceito de experiência, desde a experiência bruta, mera observação do senso comum, a experiência que não é mais do que observação, até à experiência que se prepara, a

<sup>226</sup> Idem. para todas as citações do parágrafo.

experiência que uma questão posta à natureza, e posta numa linguagem geométrica e matemática, na feliz forma de Alexandre Koyré.

Julgamos ser possível surpreender por estas épocas uma tradição racionalista no pensamento português, a que poderemos chamar ‘*experencialismo*’ do *Renascimento*, tradição esta que por meados do século XVI a decadência e a Inquisição haviam de fazer abortar. Portugal foi uma promessa não cumprida... como escreveu Antonio Sérgio.”<sup>227</sup>

Como vemos, para Barradas, o significado desse experencialismo português ia além da mera valorização do empírico. Evidentemente essa valorização da “experiência bruta” era um estágio importante na constituição do pensamento moderno, mas a verdadeira “ruptura epistemológica” representada pelo surgimento da ciência se consolidaria apenas com a passagem do *sensível* ao *inteligível*<sup>228</sup>, tradicionalmente relacionada a Galileu. Essa “ruptura epistemológica”, no entanto, teria sido antecedida em um século por Portugal, ou *poderia* ter sido antecedida caso a promessa tivesse se cumprido.

“Quase com um século de avanço – o *Tratado da Esfera* é de 1548, os *Discorsi*, de Galileu, são de 1638 –, a força da expansão marítima portuguesa leva a expressões culturais dessa ordem, leva a que, com Pedro Nunes, e sobretudo com D. João de Castro, se possa verificar em meados do século XVI ainda que tímida, aquela ruptura epistemológica que foi a de Galileu no século XVII, e que vem a permitir, logo depois, com Newton, a lei da inércia. Quase com um século de avanço, a força da expansão marítima coloca Portugal na vanguarda, mesmo nos domínios mais delicados!...

Mas Portugal, como escreveu um dia Antonio Sérgio, foi uma promessa não cumprida.”<sup>229</sup>

Na defesa dessas teses Barradas cita, numerosas vezes, as obras de Garcia da Orta, Pedro Nunes, D. João de Castro e, principalmente, Duarte Pacheco Pereira, seu principal objeto de estudo. Tudo isso serve para inserir Portugal, ou pelo menos o Portugal dos Descobrimentos, no futuro do mundo. É a forma particular que Barradas encontrou de vencer o “complexo de inferioridade” tão

<sup>227</sup> Idem. Grifos do autor.

<sup>228</sup> Ver a leitura que fiz anteriormente de *Da História-Crônica à História-Ciência*. Idem., que, aliás, Barradas apresenta em *Rumo de Portugal* como uma espécie de “Introdução” a esta obra.

<sup>229</sup> Idem. A idéia de que o Renascimento Português teria vivenciado não só o empirismo, mas também uma “experimentação”, mais próxima da ciência moderna, fica ainda mais evidente no seguinte trecho: “Ora, após a *experiência que é madre das cousas* [de Duarte Pacheco Pereira], encontramos um esboço do que será mais tarde a *experimentação*, o fenômeno que se provoca para ser *observado*. Encontramos a correção dos dados dos sentidos pela *razão*, pelo *entendimento*. Encontramos a correção da *experiência empírica* pela *razão*, pelo *entendimento*. E neste caminho que percorre o pensamento do *conhecimento sensível* ao *conhecimento inteligível* encontramos a distinção entre *experiência do Mundo* e *conhecimento do Mundo*, e, finalmente, a distinção entre *ciência* e *experiência*.” Idem.

comum à mentalidade de seu país. Para o Portugal presente restaria apenas a opção de reencontrar-se com sua verdadeira essência e, somente a partir desse reencontro, prosseguir em sua própria marcha evolutiva.

A questão da independência lusitana em relação ao resto da península sempre esteve presente, de uma forma de outra, em toda a reflexão portuguesa<sup>230</sup>. Em Barradas não é diferente. Sintomaticamente, logo no início de *Rumo de Portugal* ele chega a citar um incomodo episódio no qual viu-se envolvido algumas vezes:

“Não sofre a mínima dúvida que um estrangeiro é levado, perante uma carta da Península Ibérica a não perceber que esta Península, tão una geograficamente, comporte a existência de dois países independentes. Assim se explica que ainda há pouco mais de uma dúzia de anos, e por mais de uma vez, numa estação de correios e telégrafos em Paris, a funcionária, ao ver um telegrama por mim expedido para Lisboa, me tenha interpelado: ‘Espagne, n’est-ce pás?’”<sup>231</sup>

O incomodo de Barradas em ver-se confundido com um espanhol nos dá uma idéia do seu posicionamento em relação a essa questão. Na sua análise histórica ele insiste sempre na singularidade cultural e na “vontade de independência de Portugal”. Insiste sempre, para usar suas palavras, na “dualidade da civilização ibérica”. A especificidade portuguesa em relação aos seus vizinhos se manifestava: em primeiro lugar na maior influência da cultura francesa em Portugal que na Espanha (onde Barradas enxerga uma preferência maior pelos alemães); em segundo lugar, a maior força de um fervoroso catolicismo popular em Castela do que em Portugal (embora tenha o bom-senso de excetuar, nesse caso, o norte do país); e, por fim, os processos de expansão marítima, que haviam se dado de forma tão diferenciada nos dois territórios. As distintas formas de vivenciar essa aventura haviam produzido formas culturais igualmente distintas entre portugueses e espanhóis:

“Este ‘*experencialismo*’ do *Renascimento* que [em Portugal] exclui o Humanismo, este praticismo do comerciante que exclui o planejamento do conquistador, distinguiram, parece-nos, já por estas épocas, a expansão portuguesa da expansão espanhola, e mais simplesmente o povo português da quase totalidade dos restantes povos ibéricos. A expansão do comerciante foi

<sup>230</sup> Não é demais lembrar o papel atribuído por Eduardo Lourenço. *O labirinto da Saudade...* Idem. ao período da União Ibérica na gestação traumática da singular noção histórica portuguesa.

<sup>231</sup> *Rumo de Portugal*. Idem.

algo diferente da expansão do conquistador. O primeiro cria uma cultura ‘experencialista’; o segundo uma cultura humanista.’<sup>232</sup>

Nessa distinção entre a expansão do “comerciante” e do “conquistador” fica evidente a influência de Sérgio Buarque de Hollanda<sup>233</sup>. Essa forma singular de encarar sua aventura marítima havia deixado marcas indeléveis na cultura portuguesa, que, destacando-se do resto da Europa, ligara-se de forma essencial ao Atlântico. “Lançando-se na aventura dos descobrimentos marítimos e da expansão, Portugal volta já nessa época, se não muito antes, as costas à Península Ibérica.”<sup>234</sup>

A singularidade da cultura portuguesa, com seus olhos voltados para o Atlântico e dando as costas para a Europa, não suportava a perda da independência. A União Ibérica é vista como uma “longa noite”<sup>235</sup>, que não termina totalmente mesmo depois de 1640: sintomaticamente, Barradas chama o período de decadência que se inicia em 1580 de “eclipse de quatro séculos”. Depois disso “*Portugal nunca mais foi ele próprio*”<sup>236</sup>.

O temor maior de Barradas é que a *artificial* união peninsular reapareça no presente como resultado de uma integração portuguesa no Mercado Comum Europeu. Na encruzilhada em que se encontrava a única opção para Portugal seria tomar o *rumo* que era determinado pela sua história mais profunda e verdadeira: o Atlântico.

<sup>232</sup> Idem. Grifos do autor.

<sup>233</sup> Ver *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

Considere interessante transcrever aqui a nota 26 do segundo capítulo de *Rumo de Portugal*, “A dualidade da Civilização Ibérica”: “Ver o luminoso ensaio de Sérgio Buarque de Hollanda: *Raízes do Brasil* (...). É bem expressivo da tese defendida pelo autor o seguinte trecho: ‘Comparada à colonização espanhola, a obra dos Portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial – repetindo assim o exemplo da colonização da Antiguidade, sobretudo da fenícia e da grega; os Espanhóis, ao revés, querem fazer do país conquistado um prolongamento orgânico do seu’. É ainda Sérgio Buarque de Hollanda quem nesta mesma obra, ao falar das características da colonização portuguesa, lhe atribui uma ‘fisionomia mercantil, quase semita’.”

Pode-se observar, no entanto, que a caracterização da expansão portuguesa como um ato fundamentalmente comercial não era exclusiva de Sérgio Buarque, sendo compartilhada por autores portugueses como Antonio Sérgio e, especialmente, Jaime Cortesão, onde surge, inclusive, de forma muito semelhante a Hollanda, uma analogia do expansionismo português com o fenício. Sobre o último ver *A Expansão dos portugueses no período henriquino*. Horizonte. Lisboa, s/d.

<sup>234</sup> *Rumo de Portugal*. Idem.

<sup>235</sup> Semelhante a Pessoa – e a tantos outros poetas, filósofos e ensaístas portugueses – o período que é visto como negação da verdadeira História portuguesa é descrito como uma “Noite”. Essa metáfora implica, obviamente, na idéia de transitoriedade do obscurantismo e no retorno da luz do dia no futuro.

<sup>236</sup> *Idem*. para todas as citações do parágrafo. Grifado pelo autor

“Se rumar para a Europa – esta Europa tão do agrado dos tecnocratas – Portugal perderá a independência de novo, chegará a mais curto ou a mais longo prazo à situação de 1580. Na Europa do Mercado Comum, e numa futura, hipotética, Europa política, a economia dos grandes espaços forjará uma Península Ibérica unificada, e seguramente com a capital econômica em Madrid, que de capital econômica se transformará, a mais curto ou a mais longo prazo, em capital política. Ora este seria um resultado *contra a natureza*, na medida em que nunca existiu, nem existe, uma unidade de civilização na Península Ibérica (...)

Assim, perante a encruzilhada, a Europa ou o Atlântico, pronunciamo-nos pelo Atlântico, como *única condição* para que Portugal reencontre a sua individualidade, a sua especificidade, a sua genuinidade, medievá e renascentista. Ora esta opção passa forçosamente pela formação de uma *autêntica* Comunidade Luso-Brasileira, uma Comunidade Luso-Brasileira que não seja apenas aquela ‘comunidade sentimental, ortográfica...’ de que nos falou em tempos o nosso amigo José Honório Rodrigues; nem aquela comunidade que não passou ainda, como diria o nosso velho amigo Celso Cunha, de ‘Júlio Dantas para cá, Pedro Calmon para lá’”<sup>237</sup>.

Assim, em *Rumo de Portugal*, a análise que o historiador sempre comprometido com o presente faz da sociedade portuguesa do passado aproxima-se da sua análise da sociedade portuguesa contemporânea. Dessa forma, Salazar seria, tal qual a Inquisição e a União Ibérica, a negação do “verdadeiro” Portugal. É isso, fundamentalmente, que torna compreensível a definição do salazarismo como uma “traição nacional”: “*Se assim falo é porque na verdade, de maneira insofismável, o Governo de Salazar é um Governo de traição nacional.*”<sup>238</sup>

Para retomar uma imagem utilizada anteriormente, a maior crítica de Barradas à ditadura portuguesa seria a “impiedade” cometida por Salazar ao desviar o curso da História lusitana do sentido que o “tempo mítico” dos Descobrimentos teria lhe oferecido. Lembro ao leitor deste trabalho a descrição que fiz mais atrás das idéias defendidas por ele nos artigos editados na obra *O*

<sup>237</sup> *Idem*. Páginas a frente, nessa mesma obra, Barradas amplia esse projeto de comunidade Luso-Brasileira para uma comunidade Luso-Afro-Brasileira, com a incorporação das ex-colônias africanas portuguesas na qualidade de países independentes.

<sup>238</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *O Obscurantismo salazarista*. *Idem*. Grifado pelo autor. O texto do qual esse trecho foi extraído foi, originalmente, uma palestra proferida no Centro Republicano Português nas comemorações do “5 de Outubro”, em São Paulo, 9 de Outubro de 1965.

Idêntica caracterização aparece em outro artigo do *Obscurantismo salazarista*. *Idem.*, publicado originalmente no *Portugal Democrático*, nº95, Junho de 1965: “Estes factos testemunham quanto o obscurantismo é um dos aspectos mais sinistros da *política de traição à pátria* do Governo facista de Salazar.”



*obscurantismo salazarista*. Acredito que vale a pena citar mais um trecho da crônica política de Barradas:

“...com os ecos que nos chegam do ‘paraíso salazarista’ podemos acrescentar que para que o Portugal de Salazar se assemelhe de muito pouco ao Portugal dos tempos do Santo Ofício não falta mesmo a fogueira, das dezenas de milhares de livros apreendidos, no pátio do edifício da PIDE, à rua António Maria Cardoso.”<sup>239</sup>

O regime salazarista aparece assim caracterizado diversas vezes nos artigos que compõem o livro *O Obscurantismo Salazarista*. Peço desculpas ao leitor, mas não resisto à tentação de citar mais um trecho onde Barradas expõe essa idéia:

“... não há praticamente um escritor português que, ao longo desta noite de quase 40 anos, não tenha sido vítima dos furores obscurantistas do facismo salazarista. (...) nenhum teve o privilégio de escapar às garras do Santo Ofício dos nossos tempos (...)

Em outras épocas da nossa história a inteligência foi perseguida, parece-nos, no entanto, que em nenhuma com a sanha actual, mesmo se tivéssemos em conta os tempos do Santo Ofício...”<sup>240</sup>

Como podemos ver no último trecho por vezes Barradas é ainda mais duro com Salazar do que com a Inquisição da Idade Moderna. Mas não é só nessa peculiar definição do regime salazarista que o pensamento de Barradas o aproxima do Santo Ofício. Afinal a tradicional imagem da Inquisição com Instituição que perseguia os intelectuais com o objetivo de manter o mundo mergulhado numa ignorância que era interessante para a manutenção do poder político da Igreja Católica é muito semelhante à imagem que Barradas procura traçar do regime salazarista.

Além disso, muitas ações em Salazar pareciam indicar a Barradas que ele havia dado as costas ao Atlântico. Dois elementos ideológicos do Regime Salazarista eram radicalmente opostos ao projeto de Barradas: seu discurso voltado para as populações rurais (entre as quais, aliás, teve sua origem) e seu forte apelo religioso. Estes eram dois aspectos centrais da cultura do Estado Novo português, ambos ligados, em primeiro lugar, à trajetória pessoal do próprio

<sup>239</sup> *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 97, agosto de 1965.

<sup>240</sup> *Idem.*

artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 106, maio de 1966

ditador, que havia nascido em uma comunidade rural, freqüentado o seminário, iniciado sua carreira política no conservadorismo católico e contado, sempre, com o forte apoio da alta hierarquia da Igreja.

A propaganda salazarista procurou também difundir e utilizar politicamente a força desses ideais que, devemos lembrar, não eram criações do regime, mas originárias de vertentes muito fortes da cultura popular portuguesa. Assim, habilmente o salazarismo empenhou-se em formar uma imagem do regime que o ligava ao providencialismo divino, apresentando-o como salvador da pátria do caos social da Primeira República e do ateísmo comunista que ameaçava o mundo, principalmente no pós-guerra. A estabilidade, comparativamente ao resto da Europa, que o território português experimentou durante a II Grande Guerra – a imagem de Portugal como uma “ilha de paz” no meio a um continente de guerra – era um dos argumentos que Salazar usava para validar esse discurso. Embora, obviamente, essa estabilidade fosse resultado da inteligente política internacional do ditador, pode-se imaginar o apelo que a idéia de ligá-la a determinações divinas exercia sobre o ideário popular. O culto de Nossa Senhora de Fátima também foi, de forma muito habilidosa, utilizado pela propaganda salazarista:

“O ‘milagre de Fátima’ e as grandes concentrações fatimistas que naquele tempo se iniciavam sob a benção papal e com a colaboração do Estado Novo eram explícita e implicitamente associados ao caráter ‘providencial’ do regime e do seu chefe.”<sup>241</sup>

A propaganda salazarista também enaltecia a família rural e patriarcal, marcada pela simplicidade de vida e pelo respeito às tradições. A esse respeito será interessante acompanharmos o que Ubirajara Ramos nos mostra a respeito das conclusões que o francês maurrasiano, Henri Massis, chegou após realizar uma entrevista com o ditador português:

“O que [Massis] percebeu com exatidão foi o próprio ideal utópico e ucrônico, ou seja, fora do tempo, voltado para um mundo rural, medieval, um mundo sem eletricidade nem revolução industrial, um mundo arcaico, antiindustrialista que o salazarismo aspirava. Este apego ruralista de Salazar o acompanharia até os seus últimos dias. Sobre isso, em 1965, num discurso Salazar assim se expressava: *‘Independente do que se possa chamar a poesia campestre, que atrai os sorrisos um tanto desdenhosos da economia industrial, por mim, se tivesse de haver competição, continuaria a preferir a agricultura à indústria; mas se quereis ser rico não chegareis lá pela agricultura (...) A terra é humilde, tanto que se deixa a cada momento pisar: o trabalho da terra é humilde, porque o homem a cultiva*

<sup>241</sup> Ubirajara Bernini Ramos. “Portugal Democrático”. Idem.

*humildemente debruçado sobre as leivas (...) Assim, a faina agrícola, sujeita à torreira do sol ou à pertinência das chuvas, é acima de tudo uma vocação de pobreza; mas o seu orgulho vem de que só ela alimenta o homem e lhe permite viver. (...)*'

Salazar enaltecia o ruralismo do passado contra o mundo industrial do presente e do futuro. Esse apego à ruralidade era a utopia que ele gostaria de ver compartilhada por todos os seus compatriotas, transformando Portugal num país de população rural, numa sociedade neomedieval, sem fábricas nem sindicatos, sem jornais, sem querelas politiquêiras nem partidos.<sup>242</sup>

Esses aspectos do discurso salazarista contrastavam com a imagem que o nosso historiador formulara para explicar as origens da singularidade portuguesa, cujas bases estavam na ação de uma burguesia urbana que havia sido responsável pelos descobrimentos e em uma cultura cosmopolita e tolerante. O “atraso” do Portugal salazarista era sempre criticado por Barradas que atacava também “o elogio do subdesenvolvimento, aliado às delícias da vida agrária”<sup>243</sup>, presente no discurso do ditador.

Barradas e Salazar possuíam pressupostos diferentes, e mais do que isso, radicalmente opostos, para a construção de seus discursos sobre real natureza, a

<sup>242</sup> *Idem.*

<sup>243</sup> *O obscurantismo salazarista.* *Idem.*

Originalmente palestra proferida no Centro Republicano Português nas comemorações do “5 de Outubro”, em São Paulo, 9 de Outubro de 1965.

Nesse sentido ver também as seguintes entrevistas:

Kunio Suzuki. *Idem.*: “[A principais críticas de Barradas ao Salazarismo eram], em primeiro lugar, a questão do atraso. Quer dizer, o colonialismo português foi o último, pelo menos de alguma expressão, que persistiu no mundo e isso era uma grande crítica que o Barradas fazia do atraso.

Depois sobre esse ponto mesmo, ele criticava muito o isolamento de Portugal no contexto europeu naquela época. Ele atribuía mesmo que esse isolamento é que provocava [esse atraso]... Enfim, havia uma carga de mão dupla: [por um lado] persistir no colonialismo numa época que ele já estava em plena decadência e por causa disto também, os órgãos políticos, econômicos que eram consequência disso, levaram Portugal a uma situação de atraso. E realmente ele criticava muito o atraso. Não só o atraso Salazarista da ditadura, mas por exemplo, ele dizia: ‘Até hoje os portugueses usam brilhantina.’ E era verdade! Assim em 73, mais ou menos, eu tive uma bolsa e fui estudar lá em Portugal e, por exemplo, roupas, costumes, esse tipo de coisa, era uma coisa muito atrasada em relação à Europa. Por isso que pode-se ver contrastar, por exemplo, que o Barradas ficava assim um tanto admirado com essa modernidade, com esse ímpeto brasileiro.” Regina Romano. *Idem.*: “Uma das coisas, que eu me lembro bem, era que ele dizia que Portugal havia parado. Portugal havia parado, vivia, acho que nem no Séc. XIX, havia parado no tempo, não tinha nada. (...) Então ele era mesmo um grande crítico da Ditadura, em todos os sentidos: Portugal parou intelectualmente, Portugal parou de avançar em todos os sentidos, politicamente, economicamente, tudo...”

Adalberto Marson. *Idem.*: “...suas teses sobre a descoberta do mundo como elemento para o rompimento da tradição medieval, da tradição aristotélica. Então o Salazarismo é o oposto disso. Salazarismo, é uma vertente da cultura portuguesa, que toma conta no Século XX – não era estranho à cultura portuguesa, é uma tendência que esta sempre latente. Esse duelo [está sempre presente na cultura portuguesa] (pode ser mais de uma [tendência], mas ela está presente).”

essência, da cultura e da historicidade portuguesa. Lourenço fez um esforço no sentido de explicar as origens da visão salazarista:

“Houve no salazarismo concreto (e na sua ideologia expressa nos ‘Discursos’ do universitário assaz racionalista que foi Salazar) uma tentativa para adaptar o país à sua natural e evidente modéstia. Todavia a glosa do relativo sucesso dessa tentativa é que não foi nada modesta e breve redundou na fabricação sistemática e cara de uma *lusitanidade* exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função de sua mitologia arcaica e reacionária que aos poucos subsistiu a imagem mais ou menos adaptada ao País real dos começos do Estado Novo por uma ficção ideológica, sociológica e cultural mais irrealista ainda que a proposta pela ideologia republicana, por ser ficção oficial, imagem sem controlo nem contradição possível de um país sem problemas, oásis da paz, exemplo das nações, arquétipo da solução ideal que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmônico da sociedade. (...) *O sistema chegou a uma tal perfeição na matéria que não parecia possível contrapor uma outra imagem de nós mesmos àquela que o regime tão impune mas tão habilmente propunha sem que essa imagem-curta (não apenas ideológica, mas cultural) aparecesse como uma sacrílega contestação da verdade portuguesa por ele restituída a sua essência e esplendor.* Não se percebeu nada do espírito do antigo regime e do seu êxito histórico quando não se vê até que ponto ele foi a mais grandiosa e sistemática exploração do fervor nacionalista de um povo que precisa dele como de pão para a boca em virtude da distância objetiva que separa a sua mitologia da antiga nação gloriosa da sua realidade presente.”<sup>244</sup>

Assim o discurso salazarista acabou dando origem a uma mentalidade a um só tempo muito semelhante e oposta à tradicional historicidade vinculada ao discurso decadentista – um “contra-mito”, para usar a terminologia de Lourenço. É claro que, apesar da óbvia oposição entre essas duas mentalidades, haviam alguns pontos de encontro. O “ucronismo”, por exemplo, parcialmente admitido da ideologia salazarista, e tão criticado por Barradas – influenciado, nesse ponto, antes de tudo, pela obsessão progressista da história marxista – estava de alguma forma presente no discurso deste, na medida em que Barradas anseava por um retorno ao passado, a um momento “mágico”, fora do tempo. Vale a ressalva, é claro, que a retomada desse “momento mágico” não significava para Barradas um “fim da História”, mas apenas a retomada de uma marcha que desde então estaria interrompida, prevalecendo nesse sentido uma perspectiva progressista.

Uma outra interessante proximidade entre os dois discursos opostos era o fato de que ambos condenavam seus adversários como sacrílegos, profanadores da verdadeira essência portuguesa, que era entendida diferentemente por cada um deles. Tomando emprestadas as definições da Física, poderíamos dizer que a

<sup>244</sup> Eduardo Lourenço. *Labirinto da Saudade*. Idem. O último trecho grifado é meu.

historicidade democrata e a salazarista – mito e contra-mito – eram, nesse sentido, vetores iguais em modulo e direção, mas com sentidos opostos.

É preciso, entretanto, ressaltar que, se Lourenço reconhece em Salazar a personificação mais acabada desse contra-mito<sup>245</sup>, isso não significa que ele tivesse sido criado pelo Estado Novo, mas apenas que foi no regime que essa ideologia tenha atingido sua força maior.

“A lisonja provincial (mas também sincera) desse Povo, tal como o salazarismo mitificou, alindando até ao grotesco uma imagem ruralista que o *regime não fabricou* (vem já do romantismo, atravessa Herculano e Garrett, revive em Junqueiro, Nobre, Correia de Oliveira, etc.), respondeu, como vimos, a invenção de um contra-mito, de uma outra imagem do *Povo*, mais próxima da sua verdadeira condição servil e dura, mas que também não escapou à mitificação por excesso de *consciencialização* da sua própria condição e que a literatura neo-realista impôs no plano da cultura nacional.”<sup>246</sup>

Prosseguindo as oposições entre essas duas “mitologias”, até a dominação salazarista sobre a África portuguesa, marcada pela violência e pela intransigência, parecia a Barradas mais próxima da lógica da colonização espanhola do que da genuinamente portuguesa. Devemos lembrar que, embora o discurso oficial do salazarismo fosse a legitimação do colonialismo a partir do luso-tropicalismo, a imagem que a oposição ao Regime apresentava a respeito das sociedades submetidas ao colonialismo português era exatamente o contrário desse discurso oficial. Barradas nunca nos pareceu muito preocupado em rebater os argumentos do luso-tropicalismo salazarista, aliás a intelectualidade de esquerda portuguesa de uma maneira geral também não parecia muito preocupada com essa questão. Obviamente a teoria luso-tropicalista era duramente criticada, mas os argumentos que comumente se usavam contra ela era de que ela simplesmente não correspondia aos fatos. Assim, não se entrava em discussão com o luso-tropicalismo, apenas descartava-se ele como algo que não fazia o

<sup>245</sup> “Não foi por acaso que o seu único mas extraordinário ideólogo, Salazar, se autodefiniu num dia de imodéstia sublimada, como ‘pobre, filho de pobres’. Jamais dirigente algum soubera encontrar uma tão genial fórmula de identificação mítica com uma sensibilidade nacional filha e herdeira de séculos de pobreza verdadeira, cristãmente vivida como regenerante espiritualmente, para cobrir com ela os privilégios exorbitantes e a impunidade mandante da classe a que ele mesmo não pertencia, mas que serviu com uma capacidade e uma inteligência dignas de melhor aplicação.” Eduardo Lourenço. *Labirinto da saudade...* Idem.

<sup>246</sup> Idem. O primeiro grifo é meu.

menor sentido. O que prevalecia era sempre a idéia do colonialismo anti-democrático, racista e violento vinculado ao Estado Novo.<sup>247</sup>

Por isso, a criação da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira” era entendida por Barradas como “*a condição para que Portugal volte a ser ele próprio.*”<sup>248</sup>. Essa comunidade não seria mais marcada pelo autoritarismo político salazarista, mas também não se deveria limitar a ser meramente uma “comunidade sentimental, ortográfica...” O autor não diz isso, mas parece aproximar-se da proposta de uma comunidade comercial. Se assim fosse, estaria bem próxima do que ele interpretava como o sentido original da expansão portuguesa, de acordo com sua interpretação de Sérgio Buarque de Hollanda.

É importante que o leitor se lembre de que, quando fiz a aproximação da imagem dos Descobrimentos de Barradas, com o quadro que Eliade traça do tempo mitológico, deixei claro que essa aproximação era apenas retórica – cumprindo a função de ferramenta discursiva para abordamos o problema.

Em primeiro lugar, se Barradas acreditava que havia uma “história profunda” de Portugal, que era negada por um conjuntural regime político, nessa afirmativa ele tinha uma sólida base teórica que lhe era fornecida por seu amigo Fernand Braudel<sup>249</sup>. No final do livro *Rumo de Portugal*, em uma seção intitulada “Esclarecimento final”, ele antecipa uma resposta às críticas que poderiam surgir a sua defesa da “Comunidade Luso-Afro-Brasileira”:

<sup>247</sup> A rejeição de Barradas ao luso-tropicalismo salazarista se torna evidente pelo seu posicionamento na discussão entre Charles Ralph Boxer e Armando Cortesão acerca da discriminação racial nas colônias portuguesas.

No livro *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire* Boxer criticava a afirmação oficial do estado salazarista de que “os portugueses nunca praticaram a discriminação racial e sempre trataram os autóctones das províncias ultramarinas com fraternidade cristã, sem distinção de raças ou cores”. A publicação do livro gerou uma série de artigos no *Diário Popular*, onde Armando Cortesão atacava duramente o autor inglês, defendendo a ideologia oficial, luso-tropicalista, do governo.

Esse episódio fez com que Barradas publicasse um artigo no *Portugal Democrático* – que mais tarde entrou para a coletânea *O obscurantismo Salazarista* com o sugestivo título de “A Investigação Científica: o ‘crime’ do professor C. R. Boxer” – onde se posicionava a favor de Boxer. Nesse artigo Barradas expressa pela primeira vez a sua decepção com Armando Cortesão: “E consideramos profundamente lamentável que um intelectual, um homem de ciência da categoria e da responsabilidade de Armando Cortesão se tenha deixado alienar a tal ponto, por razões que nada têm que ver com o autentico patriotismo ou com a verdadeira ciência.” *O obscurantismo salazarista*. Idem.

Artigo originalmente publicado em *Portugal Democrático*, nº 90, janeiro de 1965.

<sup>248</sup> *Rumo de Portugal*. Idem. grifado no original

<sup>249</sup> Sobre as idéias de Braudel ver *Civilização Material, Economia e Capitalismo (séculos XV-XVIII)*. Martins Fontes. São Paulo, 1998. Vol. 3 – O Tempo do Mundo. ou *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.

“Este esclarecimento está ligado à possibilidade de que a alguns possa parecer estanha esta nossa proposição, este nosso projecto, tendo em conta o nosso passado ideológico-político de já mais de uma trintena de anos. Ora, a esta eventual objecção responderemos com a nossa absoluta fidelidade ao ideário pelo qual nos batemos, na teoria e na pratica, desde 1940. É que na história existem uma *curta*, uma *média* e uma *longa* durações. Isto é: os regimes políticos, e até os sociais, passam: *A Língua e a Civilização ficam*.”<sup>250</sup>

É evidente que em um intelectual com o perfil de Barradas uma determinação de ordem *mitológica* não poderia se sustentar sem a firme base teórica que lhe era oferecida pela historiografia francesa na figura de Braudel, ou através do desenvolvimento da historia das mentalidades – que lhe permitiria acreditar que um determinado conjunto de idéias e atitudes, mesmo que negados por uma conjuntura política de três séculos (!), pudessem continuar vivos enquanto mentalidade e, mais do que isso, continuar sendo a própria estrutura de uma sociedade, ainda que materialmente negados e perseguidos. Era essa mesma convicção teórica que alimentava as esperanças de Barradas em relação ao futuro: a certeza de que tudo passaria exceto aquilo que não fosse a verdadeira estrutura de uma civilização.

Por outro lado, mesmo que inexistisse essa base teórica, a analogia com o conceito de mito de Eliade não poderia ser perfeita. Afinal, se o tempo dos descobrimentos tivesse realmente um caráter mitológico para Barradas, não haveria esperanças de que ele pudesse ser vivenciado mais uma vez. Embora os mitos, conforme descreve Eliade, por se encontrarem em um lugar fora do tempo mundano, determinem a vida cotidiana dos povos que crêem nele, eles são, por isso mesmo, inatingíveis – tudo que o homem pode fazer é encená-los, aproximar-se deles, mas sem verdadeiramente vivenciá-los.

Já os Descobrimientos de Barradas, que tal qual os mitos coexistem simultaneamente no passado, presente e futuro, determinando do infinito toda a história portuguesa, podem, entretanto, ser re-alcançados através da ação do homem. Ou, se o tempo dos descobrimentos não pode, em si, voltar, pode-se retomar o seu aspecto mais importante: sua cultura, sua mentalidade libertária e intelectualmente rica – que, na verdade, esteve sempre presente, ainda que negada pela “impiedade” salazarista.

---

<sup>250</sup> Idem. Grifo do autor.

Espero ter deixado claras as vinculações do discurso e dos projetos políticos de Barradas com a sua produção historiográfica. Para avançarmos na interpretação do pensamento desse autor, onde, para retomar uma imagem que já usei, as águas da Crônica Política e da Produção Historiográfica transbordam e se misturam, utilizarei um trecho de Michel de Certeau, onde este descreve o desenvolvimento da Historiografia no Renascimento Italiano, vinculando o historiador ao Príncipe (e, portanto, ao poder político) a partir do exemplo de Maquiavel:

“Este é o caso dos *Discorsi*: Maquiavel os apresenta como um comentário de Tito-Lívio. De fato se trata de um ‘faz-de-conta’. O autor sabe que os princípios em nome dos quais erige as instituições romanas como modelo ‘despedaçam’ a tradição e que seu empreendimento é ‘sem precedente’. A história romana, referência comum e assunto agradável nas discussões florentinas, lhe forneceu um terreno público onde tratar de política no lugar do príncipe. O passado é o lugar de interesse e de prazer que situa fora dos problemas do príncipe, ao lado da ‘opinião’ e da ‘curiosidade’ do público, a cena onde o historiador representa seu papel de técnico-substituto do príncipe. (...) O passado é, também, ficção do presente. O mesmo ocorre em todo verdadeiro trabalho historiográfico.”<sup>251</sup>

Semelhante ao de Maquiavel, me parece que o passado do discurso de Barradas, também é “ficção do presente”. Assim como em Maquiavel, a História produzida por Barradas “lhe fornece um terreno público onde tratar de política no lugar do príncipe”. Acredito que, tal qual podemos entender o exílio de Barradas no Brasil como uma busca de “refúgio intelectual”, poderíamos entender o discurso historiográfico do autor lusitano como um “exílio no passado”. O texto historiográfico de Barradas aparece então como um tipo de exílio político: reflexo do exílio intelectual que se materializa na expatriação como maneira de manter a atuação intelectual, o exílio no passado permite que Barradas mantenha, no seu discurso sobre esse mesmo passado, a sua atuação política.

Essa atitude que chamo “exílio no passado” é profundamente coerente com a auto-imagem de Barradas enquanto intelectual engajado, uma vez que preenchia sua atuação profissional de significado político, elevava seu trabalho para algo muito maior do que a mera erudição: seu trabalho se transformava em algo útil, pertinente para a sociedade contemporânea. A História que produzia, fecundada assim pelo tempo presente, deixava de ser a “tradição”, o “peso morto”,

<sup>251</sup> Michel de Certeau. *A escrita da História*. Forense. Rio de Janeiro, 1982.



a “peça de museu” menosprezada pela juventude paulista, para se tornar tão “operacional” quanto a “sociologia do desenvolvimento”.

Também na imagem de intelectual delineada por Said, que já investigamos anteriormente, esse transbordamento do político no científico era um aspecto fundamental.

“Now think of this person [o intelectual exílico] as one who express her or his position both within the narrow discourse in which she or he is primarily engaged (in this case history) and, more generally, politically, and who connects these two things up but always with the former subordinated to the latter. Said’s intellectual *qua* intellectual has bigger fish to catch than some or other version of the past ‘for its own sake.’”<sup>252</sup>

Nesse mesmo sentido apontam as idéias de Gramsci sobre *unidade* entre *idéia* e *prática*. Para cumprir sua função de intelectual orgânico deveria haver um honesto comprometimento entre suas idéias e seu posicionamento político. O objetivo da atuação intelectual não é simplesmente construir um conhecimento abstrato, desvinculado das questões materiais, mas sim preparar a hegemonia da nova classe progressiva – o proletariado<sup>253</sup>. O conhecimento histórico enquanto simples erudição perde completamente o sentido. Para ser válido ele deve estar necessariamente contribuindo para a construção do futuro.

É interessante notar também que essa estratégia de “exílio no passado” é profundamente coerente com a mentalidade da “mitologia da saudade” que temos descrito, afinal, exilar-se no passado significaria, para Barradas, coexistir, simultaneamente, no presente e no futuro – tornar, portanto, a partir de sua atuação intelectual, o tempo “mítico” dos Descobrimentos mais próximo do real, do atual.

Por outro lado, a idéia de *exílio* está sempre intrinsecamente ligada à idéia de *saudade*. O exilado, como alguém que involuntariamente deixa a sua terra natal deve, necessariamente, sentir *saudades*. No Brasil e na França Barradas sentia saudades de Portugal. Em Portugal, sentia do Brasil. No presente, enquanto atuava politicamente, as saudades de Barradas eram do glorioso tempo dos Descobrimentos. Quando se exilava no passado, quando produzia sua História, as saudades de Barradas eram, como na música de Renato Russo, de algo que ele

<sup>252</sup> Keith Jenkins. *Idem*.

<sup>253</sup> Antonio Gramsci. *Idem*.

ainda não tinha visto... Eram saudades do presente, não como ele efetivamente era, mas como deveria ser.

É esse transbordamento da política na produção científica de Barradas, esse transbordamento e mistura dos seus projetos políticos (sua visão de futuro) e seu discurso historiográfico (sua visão do passado), que é o principal objeto de análise deste trabalho. Como forma de entender melhor esse aspecto recorrerei às interpretações de Gilberto Velho para esclarecer como a visão de futuro de Barradas (seu *projeto*) e sua visão do passado (o discurso historiográfico, entendido aqui como estratégia de construção e organização de uma *memória*) estabelecem entre si uma relação dialética, influenciando-se mutuamente e onde a própria existência de um dos pólos depende do seu contrário. Assim, se por um lado,

“A consistência do *projeto* depende, fundamentalmente da *memória* que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar *projetos*”<sup>254</sup>

Por outro,

“O passado (...) é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de *projetos* que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações.”<sup>255</sup>

Na leitura de Gilberto Velho essas duas categorias (*projeto* e *memória*) se articulam na formação da *identidade* de qualquer “indivíduo-sujeito” inserido em uma sociedade onde predomine a ideologias individualistas. No caso de Barradas me parece evidente, e tenho procurado demonstrar isso, que essa imbricação entre *memória* e *projeto* é elemento fundamental de sua *identidade*.

“O *projeto* e a *memória* associam-se e articulam-se ao dar *significado* à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria *identidade*. Ou seja, na constituição da *identidade* social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a *memória* e o *projeto* individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória.

<sup>254</sup> Gilberto Velho. “Memória, identidade e projeto” In: *Projeto e Metamorfose – antropologia das sociedades complexas*. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2003.

<sup>255</sup> Idem.

Na sociedade moderno-contemporânea o indivíduo, como já foi observado, esta exposto a múltiplas experiências, contraditórias e eventualmente fragmentadoras. *A memória e o projeto*, de alguma maneira, não só ordenam como dão significado a essa trajetória.<sup>256</sup>

Acompanhando essa leitura no que é pertinente ao meu trabalho, entendo essa articulação entre passado e futuro como algo fundamental na constituição da personalidade de Barradas, e como elemento organizador de sua trajetória, de sua própria biografia. A segmentação da atuação do indivíduo em campos estanques – atuação política x atuação profissional – não resiste ao fato de que qualquer ação desse indivíduo (seja a confecção de um artigo político ou de uma tese acadêmica) será determinada pelo seu projeto individual, que por sua vez será organizado de acordo com sua apreensão individual do passado. É evidente que as opiniões, os anseios, os projetos de um indivíduo não são categorias petrificadas, imóveis no tempo, e podem, portanto, mudar, assim como pode mudar a leitura que esse indivíduo faz do seu passado. Nesse caso é provável que a mudança de um *projeto* ensejaria mudanças na *memória* (e vice-versa), ou, no mínimo, mudaria a forma como o *projeto* (o novo) se relacionaria com a *memória*. Mas não parece que esse caso seja aplicável a Barradas – pelo menos não ao Barradas do período do exílio no Brasil, objeto de estudo deste trabalho, que manteve seus projetos e sua correlata visão do passado coerente ao longo desses anos. Não resisto à tentação de citar novamente o trecho onde Barradas afirma a sua “absoluta fidelidade ao ideário pelo qual nos batemos, na teoria e na prática, desde 1940.”<sup>257</sup> Trecho que, entre outras coisas, serve como mais uma demonstração de como Barradas, muito gramscianamente, empenhava não só a sua *prática*, como também a sua *teoria* em função de um único projeto.

É interessante observar que Gilberto Velho fala de *memória e projeto* em um sentido que diz respeito mais à identidade individual, enquanto elementos formadores de uma biografia particular – a memória, nesse sentido, seria formada pelas recordações de uma história de vida, e o *projeto* pelos planos pessoais. O

---

<sup>256</sup> Idem.

Na articulação que faz entre essas três categorias – *memória, identidade e projeto* – Velho se utiliza desses conceitos na forma como foram desenvolvidos por Alfred Schtz em *Fenomenologia e relações sociais*, assim como da interpretação das idéias do último por Helmut Wagner em *Alfred Schutz: an intellectual biography*.

Relativo a essa questão, outra importante leitura é o texto de Maurice Halbwachs. *Memória Coletiva*. Vértice. São Paulo, 1990.

<sup>257</sup> *Rumo de Portugal*. Idem.

que torna o caso de Barradas especialmente interessante é o fato de que as suas interpretações históricas, portanto, as interpretações que faz para o passado de uma sociedade, relacionam-se com os projetos políticos que apresenta para essa mesma sociedade de forma semelhante a que Gilberto Velho descreve para o âmbito biográfico. Evidentemente, o que efetivamente articula essas duas categorias é a personalidade individual de Barradas, que, por sua vez, tem a sua identidade individual formada por essa articulação que extravasa o âmbito de sua biografia pessoal.

Pode-se dizer, por fim, que essa dialética entre *projeto* e *memória* não pode fundar-se em uma indistinção entre esses dois elementos. Pelo contrário, é a própria distinção entre essas categorias que permite sua relação dialética e mutuamente ordenadora. Isso nos ajuda a explicar como o historiador moderno, crítico do “anacronismo”, tinha o passado como algo fundamentalmente constitutivo do presente e do futuro.

Enfim, mais do que demonstrar que o discurso historiográfico de Barradas de Carvalho reflete suas posições e vida política, pretendi neste trabalho compreender como as posições políticas desse autor são influenciadas por sua forma de entender a História. O claro projeto político que Barradas de Carvalho propõe para a sociedade portuguesa contemporânea vincula-se de alguma forma às suas concepções teóricas sobre o Renascimento e os Descobrimentos portugueses. Passado e presente em Barradas refletem-se mutuamente. As imagens que um tempo projeta do outro são semelhantes entre si, mas, nem por isso idênticas. Como num espelho, o presente é o reflexo invertido do passado glorioso: tudo que tornava o Renascimento Português brilhante era agora negado e contradito pelo Salazarismo. Mas, por isso mesmo, o Salazarismo e o Renascimento Português eram um o espelho do outro.

A concepção que Barradas tinha da História parece justificar essas minhas conclusões, como se pode ver nas linhas seguintes, apresentadas no final da Introdução de *Rumo de Portugal*:

“Como já dizia Michelet, em pleno século XIX, ‘aquele que quiser ater-se ao presente não compreenderá nunca esse mesmo presente’. São palavras a fazer

meditar economistas e sociólogos... e a chamar à meditação, se muitos deles forem disso capazes, os chamados ‘homens políticos’.

Mas meditemos também nós, historiadores, pois Michelet esqueceu-se de reescrever a sua frase, substituindo a palavra *presente* pela palavra *passado*: ‘aquele que quiser ater-se apenas ao passado não compreenderá nunca esse mesmo passado’.”<sup>258</sup>

O trecho acima apresentado é tão importante que ele aparece uma segunda vez, praticamente idêntico, no capítulo “História, Ciência do Passado, Ciência do Presente” do livro *Da História-Crônica à História-Ciência*<sup>259</sup>. Neste caso, o trecho é citado como desenvolvimento de uma linha de raciocínio que começa com um comentário sobre Febvre:

“Lucien Febvre chamou muitas vezes a atenção para aquilo que considerava o pecado máximo do historiador: o *anacronismo* (...) Mas, em aparente paradoxo, é o mesmo Lucien Febvre a dizer-nos que a *história é filha do seu tempo* (...). E, na verdade, Lucien Febvre não era contraditório: o paradoxo é na realidade apenas aparente. Ao mesmo tempo que o anacronismo é o maior perigo para o historiador, esse mesmo historiador olha o passado com uma perspectiva que lhe é forçosamente dada pelo presente, pela vida presente, pela sua condição de homem do seu tempo.”<sup>260</sup>

Esse posicionamento de Febvre é compartilhado por Barradas, que no seguinte trecho mais uma vez torna evidente a relação de mútua determinação que sua atuação acadêmica e sua vida política exerciam entre si:

“Compreender o presente pelo estudo do passado, sim; mas também o passado é compreendido de uma perspectiva presente. São os nossos ‘olhos’ de homens do presente que ‘vêm’ os acontecimentos passados, que os seleccionam, que os valorizam, em função da problemática das diversas ciências humanas, das diversas ciências sociais. Não que devamos ceder ao pecado do anacronismo, vendo os problemas do passado à imagem e semelhança dos nossos problemas presentes. Mas que o nosso inquérito, o inquérito a formular às fontes, aos arquivos, é formulado do presente, é formulado de acordo com as nossas preocupações de homens de 1970, esta é a nossa condição.”<sup>261</sup>

O historiador que olhava para a história na condição de “homem de 1970”, era o mesmo militante que baseava sua atuação política na imagem que tinha do passado. Tal era a importância dessa dupla refração – do passado pelo presente e vice-versa –, que se torna impossível distinguir o político do científico. A analogia do transbordamento me seria também muito útil para expressar esse ponto, mas,

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> A única diferença evidente é que em *Da História-Crônica à História-Ciência*. Idem. Michelet é citado no original.

<sup>260</sup> Idem.

<sup>261</sup> Idem.

por uma questão de criatividade e beleza (aspectos essenciais, na minha opinião, para o exercício historiográfico), eu recorro mais uma vez à imagem dos espelhos: A visão política e a visão historiográfica de Barradas são como dois espelhos postos um diante do outro, refletindo-se mútua e indefinidamente. Os próprios reflexos são reflexos de reflexos.